

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS NORMAS POPULAR E CULTA DO PORTUGUÊS DE VITÓRIA DA CONQUISTA: CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO

Gilberto Almeida Meira (UESB)
beto.dan@ig.com.br

INTRODUÇÃO

A concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal tem sido objeto de estudo em diversos trabalhos de pesquisa pelo Brasil a fora. O pioneirismo nesse estudo se deve a Maria Marta Scherre. O trabalho inaugural da autora começa a ganhar notoriedade em 1976 numa pesquisa sobre a concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. Trabalho esse realizado junto com Maria Luiza Braga. Em 1978 Scherre pesquisa a regra de concordância de número no sintagma nominal em português e a partir daí não para mais de produzir estudos cada vez mais significativos. Mas foi a tese sobre a *reanálise da concordância nominal em português*, de 1988, que mudou radicalmente o rumo das discussões acerca da influência das variáveis linguísticas e extralinguísticas sobre a marcação de plural nos constituintes do SN. Um estudo extremamente minucioso, repleto de dados quantitativos que além de corroborar o estado de variabilidade em que se encontra o fenômeno da concordância nominal no português brasileiro, aponta para uma ação pujante e simultânea de algumas variáveis que ora favorecem, ora desfavorecem a variação.

Mas Scherre não foi a única a adentrar o universo variacionista do sistema flexional nominal do português brasileiro. As pesquisas envolvendo a concordância entre os elementos do sintagma nominal cobrem um número bastante significativo de dados analisados em diferentes regiões do país. Num intervalo aproximado de quatro décadas, é possível contabilizar uma gama muito expressiva de dissertações de mestrado e teses de doutorado, sem contar os inúmeros artigos científicos publicados em revistas especializadas, todos empreendidos à luz dos postulados da sociolinguística laboviana.

O presente trabalho pretende, igualmente, se juntar a toda essa fecunda produção sociolinguística por meio de um estudo comparativo entre as normas popular e culta do português de Vitória da Conquista, tomando como elemento linguístico a variação na concordância nominal de número. Para tanto, apoiamo-nos nos postulados da sociolinguística de cunho laboviano, os quais discutiremos no capítulo I. Em seguida, apresentamos uma breve retrospectiva sócio-histórica de Vitória da Conquista, no capítulo II, e, finalmente, no capítulo III, apresentamos a análise dos dados dos *corpora* do português popular e culto.

1. A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Em palestra proferida por Dante Lucchesi, em um evento¹ realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o autor ressaltou o fato de que o conhecimento sistemático, formal da língua, no mundo ocidental, começou na Grécia antiga. De acordo com ele, “uma das primeiras perguntas que os gregos fizeram era se a língua refletia o mundo natural ou se

¹ Seminário de Variação e Mudança Linguística no Sudoeste da Bahia ocorrido nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2013.

era uma mera expressão convencional do mundo natural” (informação verbal)². Ainda, segundo o autor, esse impasse ficou conhecido como a polêmica entre naturalistas e convencionalistas.

Reportando-nos à época imediatamente anterior as ideias saussurianas sobre a linguagem, mais precisamente do século XVIII até o início do século XX, veremos que por quase duzentos anos, portanto, os estudos linguísticos primavam, sobretudo, por um posicionamento eminentemente comparativo em que eram comparados textos escritos em diferentes línguas a fim de encontrar similitudes entre ambas que reforçassem a tese de que tais línguas pertenciam a uma única família. No fundo, havia um esforço considerável em provar a existência de uma língua mãe que dera origem a todas as demais. O próprio texto do Curso de Linguística Geral, discutindo a história da linguística que se desdobrara, segundo o autor, em três períodos, afirma que “o terceiro período começou quando se descobriu que as línguas podiam ser comparadas entre si. Tal foi a origem da Filologia comparativa ou da Gramática comparada”. (CLG, 2012, p. 32). A esse respeito, Benveniste (2005, p. 20-21) destaca, igualmente, que “uma fase nova abre-se no início do século XIX com a descoberta do sânscrito. Descobre-se ao mesmo tempo que existe uma relação de parentesco entre as línguas a partir daí chamadas indo-européias”. A linguística nessa época era considerada parte inerente tanto da história quanto da biologia. O fragmento abaixo ajuda a visualizar melhor esse contexto:

(...) a linguística consistia essencialmente numa genética das línguas. Fixava-se, para tentar estudar a evolução das formas linguísticas. Propunha-se como ciência histórica, e o seu objeto era, em toda parte e sempre, uma fase das histórias das línguas. (BENVENISTE, 2005, p. 21)

Mas a ciência da linguagem moderna vai atingir a sua maturidade no início do século XX, a partir da publicação póstuma do livro de linguística geral de Ferdinand de Saussure. Esse autor fez uma espécie de revolução no estudo da linguagem. Com ele, a pergunta norteadora da pesquisa linguística não era mais como as línguas mudam, mas como funcionam. Ele passou a estudar a língua sincronicamente e não mais através do tempo, ou seja, a língua num determinado momento do seu funcionamento. Ele, inclusive, sugeriu que o linguista deveria abstrair, ou seja, ignorar a história da língua já que o falante falava a língua sem saber nada da história dela. Pelo menos é o que se depreende do fragmento abaixo:

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer *tábula rasa* de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. A intervenção da história apenas lhe falsearia o julgamento (SAUSSURE, 2012, p. 123).

Vale lembrar que na teoria linguística Saussuriana, a língua é concebida como um sistema de oposições regido por sua lógica interna. E essa concepção de língua sincrônica, como um sistema organizado para ter sua função, passou a orientar a pesquisa linguística desde a década de 1920 até o final da década de 1950 e início da década de 1960. Foi a partir daí que surgiram dois outros modelos que orientaram a pesquisa linguística desde então até a atualidade: a gramática gerativa, liderada por Noam Chomsky e a Sociolinguística variacionista de William Labov. É esse segundo modelo programático que nos interessa na

² Informação obtida a partir de anotações feitas durante a palestra do professor Dr. Dante Lucchesi.

presente discussão.

Como um modelo científico de pesquisa empírica, inaugurado na década de 1960 por William Labov, a sociolinguística se constituiu em um programa de pesquisa que passou a assumir, teoricamente, que a mudança e a variação não comprometem o funcionamento da língua, ao contrário do que supunham os estruturalistas. Os pesquisadores que abraçaram essa nova perspectiva teórica começaram a estudar exatamente de que modo se dá a relação entre a variação observável em cada momento da língua e o processo de mudança que vai acontecendo de forma permanente e ininterrupta em todas as línguas humanas em uso. Como bem destaca Lucchesi (2012)

a sociolinguística surge como uma resposta à incapacidade do formalismo linguístico em tratar da questão da mudança. Para construir o objeto de estudo da Linguística Moderna, Saussure retirou a língua do seu devir histórico. Definindo a análise estrutural como exclusivamente sincrônica, o modelo saussuriano tornou-se incapaz de lidar com a questão da mudança.

Portanto, a teoria da variação e mudança linguística, também conhecida como teoria variacionista, representou um marco histórico em termos de estudos e pesquisas linguísticas no âmbito da ciência da linguagem. William Labov, conforme já mencionado, tornou-se o nome mais representativo da sociolinguística. Foi ele quem lançou, de fato, as bases tanto de natureza teórica quanto empírica para se estudar os fenômenos linguísticos. Para ele, assim como para Weinreich e Herzog (2006, p. 35), “será necessário aprender a ver a língua – seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada”.

As bases sob as quais se assentam a sociolinguística são definidas de forma objetiva e direta no texto clássico *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Ali, de acordo com Lucchesi, os autores sustentam que

(I) a língua funciona enquanto muda; (II) a heterogeneidade não compromete o funcionamento da língua – um sistema homogêneo e invariável é que seria disfuncional em uma comunidade de fala culturalmente diversificada; (III) a variação faz parte do sistema linguístico, que é heterogêneo e composto por regras e unidades variáveis; (IV) a variação é potencialmente a atualização, em cada momento que se considere a língua, dos processos de mudança em curso no seu devir histórico (mudança implica variação, mas variação não implica necessariamente mudança); (V) a variação não é aleatória. A análise sincrônica dos condicionamentos estruturais e sociais da variação é capaz de revelar os mecanismos que atuam na implementação dos processos de mudança que afetam o sistema da língua; (VI) a mudança linguística pode ser estudada diretamente através da análise da variação observada em cada estado de língua (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 *apud* LUCCHESI, 2012).

Esses pressupostos definem sinteticamente o que Lucchesi (2012) chama de ruptura epistemológica oriunda, segundo ele, da contradição entre sistema e mudança. Daí, é possível estabelecer alguns princípios fundamentais do programa da sociolinguística que justificam de forma bastante eloquente as pesquisas na área, como é o caso do princípio de que a variação não é aleatória, mas inerente e, por isso mesmo, condicionada por fatores estruturais e sociais. Ora, aqueles que concebem a linguagem popular como caótica e sem regras demonstram, de forma explícita, uma grande ignorância em relação à realidade da língua. Se a linguagem popular fosse caótica e a variação linguística fosse aleatória, o falante poderia produzir, por exemplo, no âmbito da concordância nominal no SN, tanto *os filho* quanto *filho os*. Porém, não se tem notícia, no português brasileiro, de que algum falante tenha produzido uma

sentença na qual o artigo determinante venha posposto ao substantivo núcleo no sintagma nominal, como no caso do SN *filho os*. Portanto, vale reiterar que o princípio que justifica a pesquisa sociolinguística é o de que a variação na língua não é aleatória, mas ela é condicionada por fatores sociais e estruturais. E no caso do exemplo acima, o fator estrutural é que está em jogo. É a posição do constituinte dentro do sintagma nominal.

Um outro princípio é o de que a língua deve ser estudada em suas condições reais de uso e não como uma estrutura abstrata, encerrada em sua lógica interna. Até porque, a idealização é um componente que se faz presente, certamente, muito mais na pesquisa linguística que lida com a língua escrita, que é uma forma mais restrita e codificada da língua e não a realidade básica, como a oralidade. Na verdade, a escrita é uma representação da oralidade. O estudo da variação linguística pressupõe o estudo da língua em seu uso mais concreto, que é o que Labov chama de vernáculo, ou seja, a língua na sua forma de uso mais espontânea, mais direta ou, nos termos laboviano, “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008, p. 244).

Outro princípio teórico básico é o de que a língua está em processo permanente de mudança. Na verdade, é condição essencial, inerente a qualquer língua viva. Curiosamente, para aqueles que defendem que a mudança compromete o funcionamento da língua, há a constatação óbvia de que a língua, ironicamente, só para de mudar quando ela para de funcionar. Ou seja, só línguas mortas é que não mudam, como o latim, por exemplo.

A pesquisa sociolinguística procura também fazer um diagnóstico usando os termos variação estável e mudança em progresso ou mudança em curso. Por exemplo, se o estudo da distribuição na variação de plural no SN na estrutura da língua e na estrutura social apontar que as variantes presença e ausência vão conviver indefinidamente na língua, a concordância formal não vai desaparecer, sendo totalmente substituída pela concordância variável, então o diagnóstico é de variação estável. Se os dados empíricos apontarem na direção de que a marcação formal vai cair em desuso e vai desaparecer, então o diagnóstico seria de mudança em progresso. E aqui, vale lembrar que a possibilidade de estudar a mudança, que é um processo histórico, diacrônico, a partir de dados sincrônicos, é o que se chama, na sociolinguística, de estudo da mudança em tempo aparente. Essa perspectiva se opõe aquela visão clássica de que o estudo da mudança linguística só poderia ser feito em tempo real, comparando estágios sucessivos da língua. Portanto, ao estudar a língua do ponto de vista da variação e da mudança, obviamente que a sociolinguística adentra na dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico. A língua como um fenômeno coletivo, social e histórico.

2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Para entendermos a realidade sociolinguística da comunidade de fala de Vitória da Conquista - uma realidade, igualmente concebida por nós como polarizada, nos termos de Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002 e 2006) - julgamos pertinente uma breve retrospectiva de sua formação sócio-histórica.

De início, é importante destacar que a ocupação da região de Vitória da Conquista, localizada no sudoeste da Bahia, esteve relacionada, segundo Sousa (2013, p. 26) “a interesses de ordem privada”. Esses interesses, para ela, envolvia a busca por terras e riquezas minerais, sobretudo, na região conhecida como Sertão da Ressaca³. O pioneirismo desbravador se deve,

³ Para Novais (2008), Sertão da Ressaca refere-se à região do sudoeste da Bahia, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. Medeiros (citado por SILVA-DE-SOUSA, 1998, p. 10) lembra que o termo era amplamente aplicado às terras situadas entre os rios Pardo e das Contas.

segundo Silva-de-Sousa (1998, p. 35), a João Gonçalves da Costa⁴ que havia se fixado na região a partir de 1744, tornando-se um grande proprietário de terras e grande criador de gado. Atribui-se a ele a fundação do Arraial da Conquista por volta de 1752, como observa Sousa (2013, p. 26).

No contexto político, Silva-de-Sousa (1998) destaca o fato de que, após mudanças de ordem administrativa e territorial, o arraial se elevou à condição de Imperial Vila da Vitória, em 1840 e em 1891 passou à categoria de cidade, recebendo o nome de Conquista, e posteriormente, em 1943, o nome do Município é modificado para Vitória da Conquista (cf. <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/crescimento/>).

A emancipação e consolidação do poder político fez de Vitória da Conquista um grande centro de integração comercial, apresentando um desenvolvimento econômico privilegiado, sobretudo, no setor de produção agropecuária, como destaca Fontes (2009, p. 03). Porém, foi no final da década de 1940 e início da década de 1950 que Vitória da Conquista entrou de vez na rota do desenvolvimento e do progresso graças às políticas públicas de construção de rodovias patrocinadas pelos governos federal e estadual (cf. SOUSA, 2013, p. 28). A partir daí, a cidade se tornou um entreposto comercial de destaque no sertão da Bahia, viabilizando a ligação com outros centros econômicos do estado e do país.

Esses acontecimentos vão repercutir de forma bastante pujante na dinâmica populacional e social da região. A migração cada vez maior da zona rural para a sede do município, sem contar os migrantes oriundos de outras partes do estado e até mesmo do país, mudou radicalmente a realidade demográfica do município num intervalo de duas décadas, conforme Tabela 1, apresentada por Angelita Cunha da Silva Sousa em sua dissertação de mestrado defendida em 2013, intitulada “A Rua do Maga-Sapo: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista-BA (1950-1971)”:

Tabela 1 – Distribuição da população rural e urbana do município de Vitória da Conquista (1940 a 1970)

Ano	População rural	%	População urbana	%	Total
1940	24.910	74,3%	8.644	25,7%	33.554
1950	26.993	58,4%	19.463	41,6%	46.456
1960	31.401	39,3%	48.712	60,7%	80.113
1970	41.569	32,5%	85.959	67,5%	127.528

O vertiginoso crescimento populacional urbano demonstrado na tabela 1⁵ reflete justamente as mudanças que estavam ocorrendo na cidade em função, principalmente, da abertura da BR -116. Portanto, a urbanização acelerada e o desenvolvimento econômico, ambos incrementados com a implantação da rodovia, se constituíram em dois vetores impor-

⁴ De acordo com Silva-de-Sousa (1998), João Gonçalves da Costa era um preto forro, isto é, um ex-escravo, nascido em Portugal, que ascendeu politicamente graças a sua coragem e fidelidade à Coroa Portuguesa.

⁵ Na verdade, essa tabela encontra-se, originalmente, publicada no jornal **Fifó**, do dia 11 de outubro de 1997, na página 9. A matéria é de autoria de Ruy Medeiros e traz como título “Aspecto urbano de Conquista através da História”.

tantes para se compreender a composição social e demográfica da região na segunda metade do século XX, com a configuração praticamente de uma inversão de valores com relação à População Rural (PR) e à População Urbana (PU) no intervalo de 30 anos, entre as décadas de 40 e 70. Além do mais, é importante pensar no fenômeno migratório ocorrido em Vitória da Conquista, em que a população urbana superou a população rural, como evento caracterizador da própria realidade migratória brasileira que já apresentava, na passagem da década de 1960 para 1970, um contingente populacional muito maior na zona urbana, conforme dados do IBGE.

Nada mais justo, nesse momento, do que resgatar a história daqueles que foram, de fato, os legítimos proprietários das terras onde se encontra localizado o município de Vitória da Conquista: os povos indígenas. O trabalho de Silva-de-Sousa (1988) se constitui em uma fonte bastante esclarecedora no que tange aos aborígenes que habitaram a região. Ela destaca a presença de três grupos: os pataxós, os mongoiós e os aimorés.

Esses povos foram duramente perseguidos por João Gonçalves da Costa, um legítimo bandeirante que se instalou no sertão da ressaca. As suas ações no combate aos nativos renderam-lhe muito prestígio perante as autoridades da capitania. Como bem lembram Silva e Sousa (2013), “pouco restou da tradição e dos costumes indígenas no Sertão da Ressaca”, destacando tão somente a tradição da fabricação de objetos de barro cozido, em alguns bairros periféricos, “como influência direta da cultura indígena que foi dizimada”.

No plano linguístico, julga-se pertinente reproduzir aqui o quadro ilustrativo utilizado por Silva e Sousa, contendo as línguas faladas pelos povos indígenas que habitaram a região de Vitória da Conquista⁶, conforme apresentação abaixo:

Família	Língua	Dialeto
Kamacã	Kamacã	Mongoyó
Aymoré	Aymoré	-----
Maxacalí	Pataxó	-----

Além dos indígenas, os negros africanos e afrodescendentes influenciaram também a cultura e a formação sócio-linguística da região. Alguns documentos, como os inventários, por exemplo, têm se constituído como fontes seguras para se certificar da presença da mão-de-obra escrava nas fazendas do município, sobretudo no período que antecedeu a abolição da escravidão no Brasil.

Os estudos realizados por Idelma Aparecida F. Novais, relacionados à produção e comércio na Imperial Vila da Vitória, apresentam dados relevantes sobre o trabalho escravo utilizado entre os anos de 1840 e 1888. Baseado num número significativo de inventários consultados, 207 ao todo, a autora fez uma pesquisa bastante reveladora no que diz respeito ao número de inventariados por faixa de escravos e o percentual que os cativos tinham na formação das fortunas dos seus proprietários.

⁶ Os autores supracitados adotaram a mesma classificação de Silva-de-Sousa (2001), que por sua vez se apoiou em Aryon D. Rodrigues. O quadro ilustra a família dos indígenas do Planalto de Conquista, as línguas e o dialeto. A fonte de consulta original é de Torres, 1996, p.94, citado por Silva-de-Sousa.

Nos inventários, consta um contingente aproximado de 1.260 escravos compondo a organização populacional da então Imperial Vila da Vitória. Mas no livro de matrícula⁷ da vila, de 1871, Novais encontrou um número maior de escravos matriculados, 1590.

Independentemente do número exato, essa quantidade de negros escravizados representou uma população relevante numa região que estava passando por um processo de povoamento. Segundo Nascimento (2008 *apud* Santos e Nascimento, 2010), os escravos da Imperial Vila da Vitória, no final do século XIX, eram quase todos nascidos no Brasil e havia um número equilibrado entre homens e mulheres. Já nos inventários pesquisados por Novais (2008), pertencentes aos maiores proprietários de escravos, em apenas um – o de Lourenço Gonçalves da Costa e Ana Senhorinha de Jesus – consta a origem dos cativos. Na descrição feita pela autora, há escravos de várias regiões da África, tais como: “sete de Angola, um do Congo, um Aussá, um de Moçambique” (cf. 2008, p. 57). O que, linguisticamente, sugere a convivência, em um mesmo espaço, de diferentes variedades dialetais.

2.1 O acesso ao letramento na comunidade de fala de Vitória da Conquista

Discutir a história da educação em Vitória da Conquista, ainda que em sua fase primeva, só é possível a partir de sua inserção no contexto mais amplo da educação brasileira de então. A esse respeito, são oportunas as palavras de Magalhães (2006, p. 3), que ao discutir a educação tanto no plano regional quanto local, considera que “as regras de constituição das escolas e de suas transformações devem estar em função do panorama social que a circunda ou a circundou, em sua conexão com a política educacional e conjuntura da época”.

Como o nosso interesse recai sobre o ensino em Vitória da Conquista, no período que coincide com as primeiras décadas do período republicano, julgamos pertinente traçar, ainda que de forma bastante resumida, o panorama educacional do Brasil com o advento da república. Destarte, parece consentâneo trazer à baila a afirmação de Souza, segundo a qual “os republicanos tomaram a educação como uma condição fundamental para o desenvolvimento da nação, buscando desenvolvê-la por todo o país, através de campanha em prol da alfabetização, criação de escolas públicas etc.” (SOUZA, 2009, P. 47).

Ora, embora dos ideais republicanos emergissem a imperiosa necessidade da obrigatoriedade do ensino, sobretudo o ensino laico, como condição imprescindível para o desenvolvimento da nação, verificou-se que nos primeiros anos republicanos em Vitória da conquista o analfabetismo, conforme a autora, “era predominante (...), correspondendo às expectativas do paternalismo dos coronéis que não se manifestavam muito a favor da escolarização da população, sobretudo a mais carente” (SOUZA, 2009, P. 49). A autora lembra ainda que das poucas escolas que ofereciam o ensino no município, no período correspondente à primeira república (1889-1930), a maioria delas funcionava na residência do professor. Essa situação começou a se modificar a partir da década de 1930 quando

foi fundada a primeira escola pública – o prédio escolar Barão de Macaúbas, fundado em 1935, que possuía apenas o curso primário -, o primeiro ginásio – o Ginásio de Conquista, primeiro estabelecimento de ensino ginasial da cidade, de caráter particular, que começou a funcionar em 1940 – e a primeira Escola Normal (SOUZA, 2009, P. 51).

No plano didático-pedagógico, envolvendo o ensino da língua portuguesa, um levantamento exaustivo que fizemos, no Museu Pedagógico de Vitória da Conquista, sobre a

⁷ Por meio de consulta ao Arquivo Público da Bahia (APEB) – Salvador-Ba, a autora teve acesso a tal livro. A fonte completa é: APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Março 1464. 1860-1889.

bibliografia utilizada na época, permitiu-nos elencar os seguintes títulos: *O que se não deve dizer*; *Lições Práticas da Língua Portuguesa*; *Gramática Sintática da Língua Portuguesa e Novas Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, todas de Cândido de Figueiredo. Além de *Língua Portuguesa, Gramática e Exercícios*, de Aníbal Bruno; *Curso de vernáculo*, de Cláudio Brandão; *O idioma nacional*, de Antenor Nascentes e *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, que chegou a atingir a 119.^a edição.

Portanto, o acesso ao letramento passava necessariamente pela aprendizagem da norma padrão. Havia uma preocupação exacerbada em ensinar os padrões linguísticos europeus, tais quais prescritos pelas gramáticas. Essa situação por si só já é um indicativo do quanto a apropriação das formas de prestígio se constituía em um divisor de águas no contexto linguístico comportamental, tendo em vista que a língua reflete a hierarquia social dos falantes. Somada a isso, há o fato de que o acesso à educação na primeira metade do século XX estava restrito a uma minoria oriunda das famílias mais estabilizadas, economicamente. Como consequência, começa a configurar-se uma realidade polarizada em torno da língua: o português popular falado pela grande maioria da população que se encontrava longe dos bancos escolares, com uma cultura rural bastante arraigada; e o português culto falado por uma parcela minoritária que frequentava a escola, tendo, por conta disso, acesso à norma padrão, reproduzindo-a, parcialmente, na fala cotidiana. O status social do falante, inserido na cultura letrada, se encarregava de dar à norma culta uma feição que lhe era peculiar, distinguindo-a da norma popular e, até mesmo, da própria norma padrão, em muitos aspectos funcionais.

O quadro atual de acesso à escolarização, ao letramento mudou radicalmente num intervalo de pouco mais de 50 anos, porém, muitas lacunas precisam ainda ser preenchidas para minorar a situação de exclusão em que vivem milhares de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar. Basta lembrar que numa população de 306.866 habitantes, segundo o censo demográfico de 2010, com estimativa para 340.199 em 2014, Vitória da Conquista ainda ressurte o flagelo do analfabetismo que se abate sobre 65.011 moradores.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos, nesse capítulo, a discussão referente aos resultados da análise estatística da variável dependente: *concordância nominal de número no SN*. Os dados da análise foram extraídos dos *corpora* PPVC e PCVC (português popular de Vitória da Conquista e português culto de Vitória da Conquista, respectivamente), constituídos pelos Grupos de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. A amostra foi constituída por 8 informantes, sendo 4 com escolarização precária (semi-analfabetos), falantes do português popular e quatro com escolarização em nível médio e superior, inseridos, portanto, entre os informantes da norma culta. O comportamento linguístico dos falantes de tais normas foi mensurado, nesse estudo, a partir da ocorrência de indicação de pluralidade em cada constituinte sintagmático, o que faz da presente análise, uma análise mórfica ou atomística. Pretendemos, igualmente, atestar a hipótese de que a variação na concordância nominal entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal é maior entre os falantes da norma popular uma vez que os falantes da norma culta estão ou estiveram muito mais expostos à cultura letrada por meio da educação formal de níveis médio e superior, aproximando-se, portanto, das formas mais prestigiadas, linguisticamente.

A análise quantitativa dos dados envolveu um total de 2.499 constituintes sintagmáticos nominais submetidos ao programa estatístico Goldvarb, dos quais 1.538 foram

extraídos da amostra de quatro informantes do português popular e 961, de quatro informantes do português culto. Em face da atuação das variáveis independentes: linguísticas e extralinguísticas sobre o fenômeno por nós investigado, julgamos necessário proceder à análise a partir daquelas mesmas variáveis que foram selecionadas como relevantes, do ponto de vista estatístico, tanto no PP quanto no PC, a fim de chegarmos a um resultado muito mais conclusivo acerca dessa tendência de maior uso das formas de prestígio entre os falantes do português culto. A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados referentes a essas variáveis: *classe gramatical do constituinte*, *Saliência fônica* e *sexo*; partindo sempre de uma perspectiva contrastiva dos dados.

3.1 Classe gramatical

Esperamos que os falantes da norma culta usem mais as marcas formais de plural em todos os fatores da variável classe gramatical.

Tabela 2: Frequência e probabilidade da variante “marcas de plural nos constituintes do SN”, segundo a variável *classe gramatical*

Classe gramatical	Português popular	P.R.	Português culto	P.R.
Pronomes à esquerda do núcleo	208/231 90%	0.31	204/207 98.6%	0.85
Substantivos	236/820 28.8%	0.36	307/477 64.4%	0.12
Artigos definidos e indefinidos	435/437 99.5%	0.82	226/227 99.6%	0.95
Adjetivos	8/50 16%	0.47	35 / 50 70%	0.12

Alguns resultados observados na tabela 1 evidenciam uma situação contrastiva envolvendo os falantes da norma popular e culta no que tange aos fatores que mais favorecem a aplicação da regra formal. Enquanto que no português culto a presença de pronomes à esquerda do núcleo tende a favorecer significativamente a indicação de pluralidade, conforme peso relativo de (0.85); no português popular encontramos um peso de (0.31). O que pode ser explicado a partir da quantidade de elementos no sintagma nominal. Em sintagmas com três ou mais constituintes em que os pronomes adjacentes aos núcleos encontram-se pospostos aos artigos, há uma tendência de retenção da marca de plural apenas nesse primeiro elemento. Exemplo: *com os meu irmão*. Além do mais, é preciso considerar que os pronomes demonstrativos, possessivos, indefinidos e os quantificadores foram incluídos em um único fator na presente análise.

De todas as classes gramaticais, os artigos, por sua vez, foram os mais marcados tanto no PP (0.82) quanto no PC (0.95). Esse alto índice de plural está relacionado, certamente, a sua posição no sintagma, que é normalmente a primeira.

No que se refere aos substantivos e adjetivos, verificamos que ambas as classes não se mostraram favorecedoras da regra de concordância no SN. Os pesos de (0.36) no PP e (0.12) no PC, para os substantivos, e (0.47) no PP e (0.12) no PC, para os adjetivos, demonstraram haver uma tendência entre os informantes das normas popular e culta para a aplicação de marcas de plural apenas nos determinantes. Mas é importante lembrar que os falantes da norma culta estão divididos em dois níveis distintos de escolarização: nível médio e nível superior. O que certamente não deixa de influir nos resultados.

Pelo exposto, pudemos constatar que nossa hipótese não se confirmou totalmente, já que houve, em relação aos substantivos e adjetivos, um índice de marcação de plural ainda menor no português culto do que no português popular.

3.2 Saliência fônica

Nossa hipótese é a de que os itens lexicais com formação de plural irregular favoreçam mais a indicação de pluralidade por serem mais perceptíveis na relação singular/plural.

Tabela 3: Frequência e probabilidade da variante “marcas de plural nos constituintes do SN”, segundo a variável *saliência fônica*

Saliência fônica	Português popular	P.R.	Português culto	P.R.
Itens regulares	791/1352 58.5%	0.49	666/820 81,2%	0,49
Itens em <i>-s</i> e <i>-z</i>	36/65 55.4%	0.81	18/35 51,4%	0,38
Itens em <i>-m</i> , <i>-em</i> , <i>-ã</i> , <i>-um</i> , <i>-ão</i>	44/80 55%	0.33	39/45 86,7%	0,51
Itens em <i>-ões</i>	2/5 40%	0.56	11/15 73,3%	0,64
Itens em <i>-r</i>	5/18 27.8%	0.54	20/26 76,9%	0,67
<i>Plural duplo</i>	3/5 60%	0.76	7/8 87,5%	0,82
Itens em <i>-l</i>	6/13 46.2%	0.69	11/12 91,7%	0,88

O princípio da saliência fônica foi outra variável selecionada pelo programa cujo resultado refletiu, no caso do português culto, o que já prevíamos, ou seja, os itens lexicais com formação de plural irregular favorecem mais a indicação de pluralidade por serem mais perceptíveis na relação singular / plural. No entanto, em conformidade com os estudos de Scherre (1988), verificamos, na análise dos dados, uma certa hierarquia na escala da saliência em que os itens mais marcados foram: itens em -l (0.88), plural duplo (0.82), itens em -r (0.67), itens em -ões (0.64), itens em !: -m, -em, -ã, -um, -ão (0.51) e itens em \$: -s, -z (0.38). O item regular, por sua vez, apresentou peso de (0.49), se revelando, do ponto de vista probabilístico, menos favorecedor da regra da concordância, superando apenas o item irregular em -s e -z.

Assim como observamos no português culto, há um efeito semelhante da saliência fônica na concordância nominal no português popular. Os itens mais marcados são justamente os irregulares, com os regulares atingindo (0.49), acima apenas dos itens em !: -m, -em, -ã, -um, -ão (0.33). O que difere nas duas normas é a organização hierárquica na escala da saliência fônica, em relação aos pesos relativos, conforme tabela 2. Portanto, nossa hipótese é confirmada, já que esperávamos, no geral, que os itens irregulares fossem mais marcados do que os regulares tanto no português culto quanto popular.

3.3 Variável social: *sexo*

No que tange à variável social sexo, selecionada pelo programa, verificamos que tanto no português popular quanto no culto há uma maior tendência de aplicação da regra formal entre as mulheres, com pesos probabilísticos de 0.60 entre as informantes do PP e 0.65, entre as falantes do PC. Esses resultados vão ao encontro daqueles encontrados por Scherre (1988), Santos (2010), Martins (2013), entre outros, que revelaram que as mulheres mostram-se mais sensíveis à variante padrão do que os homens.

CONCLUSÃO

Para concluir, julgamos relevante ressaltar a ideia principal de Labov, presente logo no início da obra *Padrões sociolinguísticos*, segundo a qual “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (2008. p. 21), o que nos sugere, implicitamente, que a mudança não pode ser explicada apenas pelos chamados fatores internos, sejam eles estruturais sejam eles funcionais. Para dar conta da mudança linguística, é preciso ir ao encaixamento da variação e da mudança na estrutura social. Combinando esse condicionamento social com o condicionamento estrutural, é possível não só uma análise sincrônica da variação linguística, como também estabelecer as tendências das mudanças em curso na língua. Uma análise como a que fizemos, envolvendo o português popular e o culto, no que tange à variabilidade das marcas de plural no sintagma nominal, não pode prescindir de uma interpretação que leve em conta a ação simultânea de ambos os condicionamentos na ocorrência do fenômeno, sob pena de se restringir única e exclusivamente a algumas generalizações um tanto precipitadas.

Em nosso estudo, pudemos verificar tendências em relação ao comportamento linguístico em Vitória da Conquista, com os informantes da norma culta liderando o uso das formas de prestígio. No entanto, para obtenção de resultados muito mais precisos e conclusivos, consideramos essencial ampliar a pesquisa, incluindo um número ainda maior de falantes, o que nos possibilitará, evidentemente, uma análise com um número maior de variáveis independentes.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- FONTES, José Raimundo. **O Novo Ciclo de Desenvolvimento de Vitória da Conquista-BA**, 2009. Disponível em: <<http://www.conquistadetodos.com.br/artigo>> Acesso em 09 de abril de 2014.
- <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/crescimento>. Acesso em: 15 de julho de 2014.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LUCCHESI, Dante. **A teoria da variação linguística: um balanço crítico**. Estudos Linguísticos, São Paulo, 2012.
- MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **Políticas educacionais e trajetórias geracionais: primeiros relatos da pesquisa em Vitória da Conquista-BA**. In: Anais do VI colóquio do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista, 2006.
- MARTINS, Flávia Santos. **Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas)**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2013.
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio na Imperial Vila da Conquista (Bahia, 1840-1888)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- SANTOS, Ocerlan Ferreira; NASCIMENTO, Washington Santos. **Dimensões da Vida Escrava na Imperial Vila da Vitória nos últimos anos da escravidão (1870-1888)** (2010). Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da Concordância Nominal em Português**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- SILVA, Jorge Augusto Alves; SOUSA, Valéria Viana. **Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil**. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/361>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- SILVA-DE-SOUSA, Maria Aparecida. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. 1998. 172p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- SOUSA, Angelita Cunha da Silva. **A Rua do Maga-Sapo: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista-BA (1950-1971)**. Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, 2013.
- SOUZA, Daniela Moura Rocha de. **Memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até 1945**. Dissertação de mestrado. Vitória da Conquista: UESB, 2009.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.